

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 21 de outubro de 2010.

Edição nº 549

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletins	2
Editais	2
Avisos	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contrato e convênios	3
Avisos de licitações	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	4
----------------	---



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 549

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 10/2010 – OECPMP

Altera o art. 20 da Resolução nº 03/2004-OECPMP, que regulamenta o art. 26 da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal.

O ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, Órgão da Administração Superior do Ministério Público, consoante art. 5º, inciso II, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993,

CONSIDERANDO decisão em sessão ordinária de 04 de outubro de 2010, no expediente nº PR.00001.01643/2008-6,

RESOLVE editar a seguinte Resolução:

Art. 1º O art. 20 da Resolução nº 03/2004-OECPMP passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 Cada Promotoria de Justiça ou Procuradoria de Justiça manterá controle atualizado dos seus Procedimentos Investigatórios Criminais, remetendo relatório trimestral à Corregedoria-Geral do Ministério Público”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça,

Presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM Nº 498/2010

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONCEDER

- o abono de permanência previsto no Artigo 2º, incisos I, II e III, alíneas “a” e “b”, e § 3º, da Emenda Constitucional 41/2003 e da Instrução Normativa nº 09/2004, ao Dr. GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO E SOUZA, Promotor de Justiça, matrícula nº 11985844, a contar de 18 de outubro de 2010, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.00944/2010-0 - Port. 2676/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de outubro de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM Nº 499/2010

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar do dia 01/02/2010, a Portaria 1737/2009, que designou SILVANA FUNKE GOULARTE, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade “serviço voluntário cidadão”, tendo em vista Termo de Distrato datado de 01/02/2010 (Port. 2536/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de outubro de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 185/2010 – PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo constante do RD.00829.00292/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 19 de outubro de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 186/2010 – PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo constante do PR.00001.02625/2010-8.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 19 de outubro de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 92/2010 – PGJ

Cientifico, na forma do art. 14 do Provimento nº 33/2008, que a Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça proferiu despacho autorizando o **AFASTAMENTO** dos seguintes Membros do Ministério Público:

- Dr. RODRIGO DA SILVA BRANDALISE, Promotor de Justiça, para, nos dias 20 e 21 de outubro de 2010, participar de reunião de trabalho da Comissão Permanente de Adoção de Medidas de Prevenção à Violência nos Estádio de Futebol, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, sem prejuízo de suas funções normais (PR.00001.02856/2010-9).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 549

- Dr. ALEXANDRE ARANALDE SALIM, Promotor de Justiça, para, no dia 22 de outubro de 2010, participar, como palestrante, na "XXV Semana Jurídica e II Ciclo de Ciências Criminais", no Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, em Santa Rosa/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais (PR.00001.02875/2010-9).

- Dr. RICARDO DE OLIVEIRA SILVA, Procurador de Justiça, para, no dia 19 de outubro de 2010, participar de reunião de trabalho sobre projetos de lei em matéria penal, em tramitação no Congresso Nacional, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, sem prejuízo de suas funções normais (PR.00001.02886/2010-6).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2010.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 500/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, LUCIANA BAYER PELEGRIÑO DIAS, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o décimo quarto (14º) lugar na Lista da Região do Litoral (Port. 2692/10).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, CAMILA HAUSMANN, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o décimo (10º) lugar na Lista da Região do Vale do Taquari, face ao esgotamento da lista de classificação da região e à opção por última chamada (Port. 2693/10).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria 1746/2010, que nomeou LEANDRO BECKER RITTER, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão (Port. 2694/10).

REDUZIR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 08 de outubro de 2010, a carga horária da servidora ANA PAULA DE OLIVEIRA EIDT, Agente Administrativo, matrícula nº 14968371, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do Art. 6º, § 1º, da Lei nº 7.253/79 (PR.00576.00799/2010-8 - Port. 2691/10).

RETIFICAR

- o Boletim nº 497/2010, publicado no DEMP de 20/10/2010, que aposentou a servidora RAQUEL INÊS DAVI DE SOUZA, Secretária de Diligências, classe "N", matrícula nº 11392096, para constar que a aposentadoria ocorreu nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO Nº 9862-09.00/08-4 PREGÃO Nº 45/08

CONTRATADA: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato AJDG nº 131/08, no que diz respeito aos serviços de manutenção da Central Telefônica, referidos na cláusula primeira, item 1.3, do mesmo, por 03 (três) meses, a contar de 27 de outubro de 2010; reajuste do valor do Contrato AJDG nº 131/08, no que se refere ao serviço de manutenção corretiva, a contar de 27 de outubro de 2010, sendo aplicada a variação dos últimos 12 (doze) meses do IGP-M, de 7,77%, passando a vigorar a quantia de R\$ 515,23 (quinhentos e treze reais e vinte e três centavos) por chamada/atendimento; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como cláusulas quinta, item 5.9, e oitava do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE COOPERAÇÃO PROCESSO Nº PR.00020.00351/2009-2

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública – CONSEPRO e Secretaria do Meio Ambiente - SEMA. **OBJETO:** a conjugação de esforços técnicos e científicos para a realização do I Concurso Ministério Público/CONSEPRO de Responsabilidade Socioambiental, visando despertar nos cidadãos, clubes de serviço, organizações da sociedade civil, escolas, associações, cooperativas o interesse pela questão ambiental, centrada na solução prática e objetiva das demandas ambientais locais, através do incentivo à proposição de projetos, propostas e ações concretas que visem a conservação/recuperação/prevenção de dano/saneamento dos recursos ambientais situados nos Municípios de Osório e Maquine. **PRAZO:** 2 (dois) anos a contar da data de publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **DATA DA ASSINATURA:** 14/10/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 19 de outubro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 549

Aviso de abertura de licitação

Convite nº 44/2010 (Processo nº 004496-09.00/10-3) **Tipo** menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para a obra de manutenção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Campina das Missões, situado na Rua Porto Alegre, 305, Centro, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 29/10/2010, às 14 horas.

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 17º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/convite>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de outubro de 2010.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Aviso de Abertura de Pregões Eletrônicos

(01) Pregão Eletrônico nº 45/2010 (Processo nº 003866-09.00/10-3). **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** contratação de empresa para ministrar os CURSOS OFICIAIS MICROSOFT MS 6292 - Installing and Configuring Windows 7 Client e MS 6424 - Fundamentals of Windows Server 2008 Active Directory, de capacitação profissional para os servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 04/11/2010, às 09 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 04/11/2010, às 10 horas.

(02) Pregão Eletrônico nº 46/2010 (Processo nº 004495-09.00/10-0). **Tipo:** Menor Preço por Item. **Objeto:** Registro de Preços de insumos para equipamentos reprográficos das marcas Samsung e Gestetner, por 12 meses, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 04/11/2010, às 09 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 04/11/2010, às 14 horas.

(03) Pregão Eletrônico nº 47/2010 (Processo nº 004491-09.00/10-0). **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** contratação de empresa para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, no elevador da Procuradoria-Geral de Justiça do Partenon, por 12 meses, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 05/11/2010, às 09 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 05/11/2010, às 10 horas.

(04) Pregão Eletrônico nº 48/2010 (Processo nº 004492-09.00/10-2). **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** contratação de empresa para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, em dois elevadores da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por 12 meses, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 05/11/2010, às 14 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 05/11/2010, às 15 horas.

(05) Pregão Eletrônico nº 49/2010 (Processo nº 004493-09.00/10-5). **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Registro de Preços para aparelhos telefônicos sem fio, por 12 meses, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 08/11/2010, às 09 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 08/11/2010, às 14 horas.

(06) Pregão Eletrônico nº 50/2010 (Processo nº 004494-09.00/10-8). **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Registro de Preços para aparelhos de fac-símile, por 12 meses, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 08/11/2010, às 09 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 08/11/2010, às 15 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. Edital disponível na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei nº 10.520/02, LC nº 123/06 e Lei nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de outubro de 2010.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 78/2010

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00916.00014/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça de Três de Maio, com a finalidade de apurar irregularidades na administração municipal.

2) Inquérito Civil, nº 00916.00017/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça de Três de Maio, com a finalidade de apurar irregularidades, em tese, ocorridas na realização de concurso público, no ano de 2009, em município.

3) Inquérito Civil, nº 00916.00018/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça de Três de Maio, com a finalidade de apurar eventuais atos de improbidade administrativa cometidos por servidora pública de município.

4) Inquérito Civil, nº 00916.00019/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça de Três de Maio, com a finalidade de apurar irregularidades em setor de habitação e urbanismo da prefeitura de município.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 549

5) Inquérito Civil, nº 00938.00013/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Butiá, com a finalidade de investigar o processo de contas, referente ao exercício de 2007, de servidor público de município.

6) Inquérito Civil, nº 00920.00020/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, com a finalidade de apurar possível improbidade administrativa praticada por vereador de município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de Outubro de 2010.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 10/2010 - CAO

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis, Peças de Informação e Recomendação:

PROMOTORIA DE BAGÉ

Inquérito Civil nº 072/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto da Promotoria de Justiça de Bagé com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva e conduta anticompetitiva pela funerária santa casa de caridade;

Inquérito Civil nº 078/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto da Promotoria de Justiça de Bagé com a finalidade de apurar suposta notícia de restaurantes que não observam a legislação sanitária vigente no município de candiota, tendo como investigados Mariese Camillo, Evandro Camillo, Jurema Camillo e Anselmo Camillo (Secretário da Saúde de Candiota).

PROMOTORIA DE BUTIÁ

Inquérito Civil nº 008/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha da Promotoria de Justiça de Butiá com a finalidade de apurar eventual irregularidade na execução do serviço de abastecimento de água no Município de Minas do Leão, tendo como investigada a Companhia Riograndense de Abastecimento e de Saneamento (CORSAN);

Inquérito Civil nº 020/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha da Promotoria de Justiça de Butiá com a finalidade de apurar supostas irregularidades em depósito de gás glp, sem licenciamento ambiental, tendo como investigado Comercial de Gás S.J., Ltda.;

Inquérito Civil nº 021/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha da Promotoria de Justiça de Butiá com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em depósito de gás GLP, sem licença ambiental, tendo como investigado Moisés da Silva Gás – Gás do Barata.

PROMOTORIA DE CACEQUI

Inquérito Civil nº 010/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias da Promotoria de Justiça de Cacequi com a finalidade de apurar eventual conscientização quanto à proibição da venda de produtos produzidos com violação de direito autoral, tendo como investigados Câmara de Dirigentes Logistas (CDL), Município de Cacequi.

PROMOTORIA DE CACHOEIRINHA

Inquérito Civil nº 040/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha com a finalidade de apurar constante falta de água notificada pela população, especialmente nos dias de grande calor, e no verão, tendo como investigado Corsan.

PROMOTORIA DE CAXIAS DO SUL

Inquérito Civil nº 0250/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul com a finalidade de apurar possíveis danos aos consumidores pela não entrega de sobrados no prazo contratado, tendo como investigado Terra e Casa Construtora e Incorporadora Ltda.

PROMOTORIA DE CHARQUEADAS

Inquérito Civil nº 017/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Regina Nunes Villanova da Promotoria de Justiça de Charqueadas com a finalidade de apurar supostas irregularidades na prestação de serviços de energia elétrica, tendo como investigado Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

PROMOTORIA DE FELIZ

Inquérito Civil nº 042/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves da Promotoria de Justiça de Feliz com a finalidade de apurar eventual ausência de serviço prestado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

Inquérito Civil nº 046/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves da Promotoria de Justiça de Feliz com a finalidade de apurar possível ato de propaganda enganosa, tendo como investigado Loja Lebes.

PROMOTORIA DE GARIBALDI

Inquérito Civil nº 028/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco da Promotoria de Justiça de Garibaldi com a finalidade de apurar possível transporte de queijo para fins de mercancia sem a devida inspeção sanitária, fato atribuído como de responsabilidade de Lauri Back, consoante representação apresentada pela Divisão de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal.

PROMOTORIA DE GENERAL CÂMARA

Inquérito Civil nº 008/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco da Promotoria de Justiça de General Câmara com a finalidade de apurar eventual dano ao consumidor consistente em abate clandestino de um suíno com aproximadamente 200kg, praticado em um galpão contíguo a um estabelecimento comercial, que funciona como armazém, bar e restaurante, na Localidade de Banheiro Velho, tendo como investigado José Pacheco Vieira.



PROMOTORIA DE HERVAL

Inquérito Civil nº 013/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro da Promotoria de Justiça de Herval com a finalidade de apurar suposto abate e comercialização de animais de açougue sem a devida inspeção sanitária oficial, tendo como investigado Frigorífico Nossa Senhora da Gruta.

PROMOTORIA DE IBIRUBÁ

Inquérito Civil nº 017/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior da Promotoria de Justiça de Ibirubá com a finalidade de apurar o contido no Relatório de Vistoria da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio, que informa a comercialização de produtos de origem animal sem a devida inspeção industrial e sanitária, tendo como Investigado Victor Hugo Kamphorst;

Inquérito Civil nº 018/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior da Promotoria de Justiça de Ibirubá com a finalidade de apurar o contido no Relatório de Vistoria da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio, que informa a comercialização de produtos de origem animal sem a devida inspeção industrial e sanitária, tendo como Investigado Carnes e Companhia.

PROMOTORIA DE MOSTARDAS

Inquérito Civil nº 001/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Pietro Chidichimo Júnior da Promotoria de Justiça de Mostardas com a finalidade de apurar possível retaliação do gerente do Banco do Brasil de Mostardas-RS perante alguns clientes que entraram com ação contra o Banco do Brasil para reaverem diferenças monetárias do plano Collor;

Inquérito Civil nº 002/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Pietro Chidichimo Júnior da Promotoria de Justiça de Mostardas com a finalidade de apurar eventuais problemas no fornecimento de energia elétrica nos Municípios de Mostardas-RS e Tavares-RS, tendo como investigada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE.

PROMOTORIA DE NOVO HAMBURGO

Inquérito Civil nº 049/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo com a finalidade de apurar supostas irregularidades na sistemática de cobrança de valores a título de recuperação de consumo, tendo como investigado AES Sul distribuidora de energia S.A.;

Inquérito Civil nº 0122/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo com a finalidade de apurar estabelecimento de ensino possivelmente irregular, tendo como investigado NEORAD Escola de Radiologia.

PROMOTORIA DE OSÓRIO

Inquérito Civil nº 023/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez da Promotoria de Justiça de Osório com a finalidade de apurar possível abate clandestino de ovinos, em um sítio localizado no Bairro Caiu do Céu, tendo como investigado Jader Gamba.

PROMOTORIA DE PALMEIRA DAS MISSÕES

Inquérito Civil nº 044/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar eventual comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Abastecedora Agnolin Ltda.;

Inquérito Civil nº 045/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar possível comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Loja Sorriso 1 Real;

Inquérito Civil nº 046/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar suposta comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Milton Augusto Martins Araújo;

Inquérito Civil nº 047/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar eventual comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Sandro Luiz Borth Lünkes;

Inquérito Civil nº 048/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar possível comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Lázaro Hahn Martins.

PROMOTORIA DE PORTÃO

Inquérito Civil nº 016/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira da Promotoria de Justiça de Portão com a finalidade de apurar eventual cobrança indevida de valores pelas empresas de ônibus que passam por Portão, em junho de 2010, tendo como investigados empresas de ônibus: Caiense, Montenegro, Ouro e Prata, Caxiense, Azul e Santa Cruz;

Inquérito Civil nº 018/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira da Promotoria de Justiça de Portão com a finalidade de apurar possíveis irregularidades praticadas pela empresa Inform System, consistentes na venda irregular de serviços e publicidade enganosa.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

Inquérito Civil nº 0208/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposto descumprimento ao artigo 18 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo como investigada Lojas Datelli;

Peça de Informação nº 0209/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviços de transporte coletivo, tendo como investigado Empresa Citral (Transporte Intermunicipal);



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 549

Inquérito Civil nº 0210/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposto descumprimento de oferta relativamente ao prazo de entrega de produto, tendo como investigado o site www.edfilmadoras.com.br (Eduardo José Alberto Miranda ME);

Inquérito Civil nº 0211/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível descumprimento contratual do serviço de cruzeiro (Orient Queen), tendo como investigada CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.;

Inquérito Civil nº 0212/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual ocorrência de vício de qualidade em medicamento (Divelol - Carvedilol), tendo como investigado Laboratórios Baldacci S/A.;

Peça de Informação nº 0213/2010, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta publicidade enganosa referente ao valor do veículo Clio 2011, tendo como investigada Renault do Brasil S.A.;

Inquérito Civil nº 0215/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual oferta enganosa de venda de produtos pela internet, tendo como investigado o site www.mptudo.com;

Inquérito Civil nº 0216/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível venda casada de seguro na compra de mercadorias, tendo como investigada Lojas Quero-Quero;

Peça de Informação nº 0218/2010, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual demora em regulamentar a Lei Federal nº 11.975, tendo como investigado DAER;

Inquérito Civil nº 0219/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta deficiência na prestação de serviço consistente na insuficiência de leitos em UTI para o atendimento dos conveniados sob sua abrangência, tendo como investigada UNIMED Nordeste;

Inquérito Civil nº 0223/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática de enviar aos condôminos, sem prévia solicitação, cobrança de seguro, em afronta ao artigo 39, inciso III, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo como investigada Crédito Real Imobiliária;

Inquérito Civil nº 0224/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual descumprimento do prazo de entrega de produto, tendo como investigado shop-time.com;

Peça de Informação nº 0225/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível comercialização de arroz em desacordo com a classificação prevista em Instrução Normativa nº 06/2009 e IN 12/2010, tendo como investigado Indústrias de arroz;

Inquérito Civil nº 0226/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta propaganda enganosa e prática comercial abusiva, consistente na garantia da conquista de prêmios condicionada à participação nas promoções à assinatura anual da revista, tendo como investigada Reader's Digest Brasil Ltda.;

Inquérito Civil nº 0227/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva consistente na não entrega de bem adquirido pelo consumidor, após efetuado o pagamento, tendo como investigada OLX Atividades de Internet Ltda.;

Inquérito Civil nº 0229/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual publicidade enganosa de oferta, tendo como investigada WEB Serviços Digitais Ltda. ("Peixe Urbano");

Inquérito Civil nº 0230/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta cobrança abusiva de tarifa nos pagamentos efetuados através do site da empresa, tendo como investigada Lojas Renner S/A.;

Inquérito Civil nº 0231/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível cobrança abusiva de tarifa nos pagamentos efetuados através do site da empresa, tendo como investigadas Lojas Americanas e cartão Itaucard;

Inquérito Civil nº 0232/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual cobrança abusiva – taxa de emissão de fatura, tendo como investigadas Lojas Quero-Quero e Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A.;

Inquérito Civil nº 0232/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática comercial abusiva, consistente em dificuldades no atendimento e no procedimento para quitação de débito, tendo como investigado Banco BMC – Bradesco Promotora;

Peça de Informação nº 0233/2010, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível inexistência de peças para conserto de veículo, notadamente do equipamento de segurança "air bag", tendo como investigadas KIA Auto Estilo Gramado e KIA Motors do Brasil;



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 549

Peça de Informação nº 0234/2010, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva por funcionar como banco e não estar registrado como tal, tendo como investigado Mercado Pago;

Peça de Informação nº 0235/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar as condições de higiene de veículos de transporte público – lotação João Abott, tendo como investigada EPTC.

PROMOTORIA DE RIO GRANDE

Peça de Informação nº 0148/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar eventual dano ao consumidor decorrente da publicação de produtos que não estão disponíveis no hipermercado;

Peça de Informação nº 0149/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar suposto dano ao consumidor decorrente da cobrança de consumação mínima, tendo como investigado Boate DOHA;

Peça de Informação nº 0157/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar possível dano ao consumidor decorrente das condições do imóvel utilizado para as aulas da carteira de motorista, tendo como investigado CFC Scala;

Inquérito Civil nº 0163/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar eventual impropriedade dos produtos oferecidos pela empresa, tendo como investigada Mineradora Charrua Ltda.;

Peça de Informação nº 0165/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar suposta atividade de comercialização de produtos de origem animal sem o devido licenciamento, tendo como investigada Maria Regina Miranda de Souza.

PROMOTORIA DE SANTA ROSA

Inquérito Civil nº 018/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior da Promotoria de Justiça de Santa Rosa com a finalidade de apurar eventual transporte de carne bovina sem a devida inspeção sanitária e em condições impróprias para o consumo humano, tendo como investigado André Hartmann.

PROMOTORIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO

Inquérito Civil nº 030/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento com a finalidade de apurar suposta irregularidade em propaganda relativamente ao óleo de Soja marca Cocamar, tendo como investigado Supermercado 300.

PROMOTORIA DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

Inquérito Civil nº 034/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha com a finalidade de apurar possível falta constante e reiterada de energia elétrica que gera transtornos e prejuízos aos moradores da Rua Brasilino Pereira dos Santos, tendo como investigada a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

PROMOTORIA DE SÃO JERÔNIMO

Inquérito Civil nº 025/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann da Promotoria de Justiça de São Jerônimo com a finalidade de apurar suposto descumprimento de metas da ANEEL no serviço de distribuição de energia elétrica nos municípios da Comarca de São Jerônimo, tendo como investigada a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

PROMOTORIA DE VERANÓPOLIS

Inquérito Civil nº 043/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto da Promotoria de Justiça de Veranópolis com a finalidade de apurar se as academias de ginástica dos Municípios de Veranópolis, Cotiporã, Fagundes Varela e Vila Flores possuem registro junto ao Conselho Regional de Educação Física do RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2010.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora do CAO Consumidor.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.